

ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO: Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar a aquisição de insumos, equipamentos agrícolas e afins, para atender as necessidades do Departamento de Obras e Serviços, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

OBJETO: Aquisição de insumos, equipamentos agrícolas e afins, para atender as necessidades do Departamento de Obras e Serviços.

NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

Faz-se necessária a aquisição visando a disponibilização dos materiais, equipamentos e insumos aos funcionários, uma vez que estes irão desempenhar diversas atividades nas quais tais materiais se fazem fundamentais para a execução.

REQUISITOS NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA NECESSIDADE DO OBJETO:

Os equipamentos, produtos, insumos e acessórios agrícolas deverão pertencer às primeiras linhas dos padrões de qualidade. E estar de acordo com as especificações requeridas em cada item.

NATUREZA DOS SERVIÇOS:

O objeto a ser contratado, enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata o inciso XIII, do artigo 6º, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade, podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

Os efeitos ao meio ambiente que poderiam ser causados pelos setores com atividades específicas para este tipo de aquisição são nulos. Uma vez que todos os serviços referentes ao objeto adquirido serão utilizados de maneira que não prejudique o meio ambiente, assim visando o menor impacto ambiental.

DURAÇÃO DO CONTRATO:

Tendo em vista que os materiais serão utilizados no decorrer do ano, para a realização de diversos serviços, o contrato/ARP deverá ter vigência de 12 (doze) meses.

ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO:

A estimativa da contratação foi realizada pelo Departamento de Obras e Serviços, conforme Documento de Oficialização de Demanda.

ESTIMATIVA DE PREÇO:

As estimativas do valor da contratação devem estar abarcadas por preços unitários referenciais, mediante documentos de cotações que lhes dão suportes, observados os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços que devem constar em documento separado e classificado.

Os métodos utilizados como parâmetros de obtenção dos preços deverão possibilitar economia de escala e devem se basear nas seguintes disposições, adotadas de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO:

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Nesse caso, sugerimos a licitação por itens, onde o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma, visando um aumento da competitividade do certame, pois possibilita a participação de vários fornecedores.

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

As aquisições dos materiais/equipamentos deste estudo são viáveis caso o valor contratado esteja dentro dos valores permitidos pelo Departamento de Compras

OBS: A aquisição dos equipamentos também visa a disponibilização dos mesmos aos funcionários braçais que irão desempenhar diversas atividades, tornando-se assim, viável e necessária à aquisição

VISTORIA:

A vistoria dos equipamentos e produtos será realizada pelo Departamento de Obras e Serviços, afim de verificar a qualidade dos produtos entregues, bem como o atendimento das especificações, não sendo aceito nenhum produto em desacordo.

AMOSTRAGEM:

Não há necessidade de apresentação de amostra para a aquisição pretendida.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Regime de execução: Valor unitário.

DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

Em cada fornecimento serão observados os preços da Ata de Registro de Preços e as condições constantes nas especificações, neste termo e no edital que a precedeu o certame e/ou integrou o procedimento de licitação.

Os itens em desacordo com o disposto na proposta devem ser substituídos pela **DETENTORA**, sem ônus a **ADMINISTRAÇÃO** e sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO:

Uma vez requisitado pelo Departamento de Compras, o objeto será entregue e descarregado, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data do pedido, por conta da DETENTORA, sem qualquer acréscimo ou ônus à ADMINISTRAÇÃO, no Almoarifado do Paço Municipal, na Rua 21 de Abril, nº 334, Centro, Taiuva-SP.

O horário de entrega será das **8h às 16h** de segunda a sexta.

O descumprimento, injustificado, de entrega parcial ou total dos itens pedido, no prazo determinado, acarretará as sanções estipuladas no edital e na lei de regência.

As justificativas pela inadimplência serão levantadas à veracidade e juízo de plausividade e aceitação administrativa.

O Agente Responsável pelo recebimento procederá à verificação da entrega e dará aceitação à nota fiscal proveniente, a qual deverá acompanhar a entrega do objeto ou promoverá diligência referente a situações irregulares ou adversas.

As entregas fora dos dias e horários do expediente municipal poderá caracterizar o descumprimento da entrega em face da ausência de servidor municipal competente ao recebimento.

A entrega dos itens só estará caracterizada mediante o recebimento do objeto.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento.

Os itens deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal correspondente.

Prazo de garantia dos equipamentos agrícolas deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento do objeto.

GESTÃO DO CONTRATO:

O Gestor do contrato será o Fiscal Municipal o qual irá atestar o recebimento e procederá à verificação da entrega e dará aceitação do objeto ou promoverá diligência referente a situações irregulares ou adversas.

ACEITABILIDADE DO OBJETO:

Os itens serão recebidos pelo servidor responsável no ato da entrega:

I. No ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações requeridas neste documento;

II. Após o ato da entrega verificar a qualidade e quantidade dos materiais e, conseqüente aceitação.

III. Serão recusados os materiais que apresentarem defeitos ou cujas especificações não atendam às descrições do objeto contratado.

IV. Em cada fornecimento será analisado a marca ofertada com o produto fornecido.

III. A critério do contratante, os objetos fornecidos serão submetidos à verificação, cabendo a Contratada a substituição dos que vierem a ser recusados

SANÇÕES:

A aplicação de sanção administrativa será precedida de processo administrativo sancionador que obedecerá, dentre outros, aos princípios da transparência, legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, impessoalidade, eficiência, celeridade, oficialidade, publicidade e supremacia do interesse público.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado total da aquisição será conforme a pesquisa de mercado realizada pelo Departamento de Compras, verificando os valores contratados anteriormente.

No preço indicado deverão estar inclusos tributos, encargos sociais, previdenciários, securitários, impostos, lucros e demais despesas, incluídas as indiretas, todas necessárias à execução do objeto a ser contratado.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes para o presente procedimento já foram verificadas no departamento de contabilidade e serão acobertadas pela da seguinte Dotação Orçamentária:

Ficha 095

02 – Executivo

02.03.00 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

27.812.0012.2038 – Manutenção Esporte, Lazer e Recreação

3.3.90.30 – Materiais de Consumo

Ficha 237

02 – Executivo

02.01.00 – Departamento de Obras e Serviços

04.122.0005.2011 – Manutenção do Departamento de Obras e Serviços

3.3.90.30 – Materiais de Consumo

Ficha 240

02 – Executivo

02.10.00 – Departamento de Obras e Serviços

04.122.0005.2011 – Manutenção do Departamento de Obras e Serviços

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Ficha 254

02 – Executivo

02.10.00 – Departamento de Obras e Serviços

15.452.0011.2003 – Coleta e Disposição dos Resíduos Sólidos Urbanos

3.3.90.30 – Materiais de Consumo

Ficha 261

02 – Executivo

02.10.00 – Departamento de Obras e Serviços

15.452.0011.2009 – Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90.30 – Materiais de Consumo

Ficha 263

02 – Executivo

02.10.00 – Departamento de Obras e Serviços

15.452.0011.2009 – Manutenção dos Serviços Urbanos

4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente